

REDEMOCRATIZAR PARA AVANÇAR: MARCO PÓS- CONSTITUIÇÃO DE 1988

*REDEMOCRATIZE TO MOVE FORWARD: MARCO POST-CONSTITUTION
OF 1988*

Sonia Maria Zanezi Peres

Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso, Mato Grosso, MT, Brasil E-mail soniazanezi@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-0150-3307>

DOI: <https://doi.org/10.46550/amormundi.v1i1.26>

Recebido em: 28.09.2020

Aceito em: 30.10.2020

Resumo: Este texto aponta para a discussão do processo de redemocratização brasileira após a Constituição de 1988. Foi realizada pesquisa bibliográfica referente ao tema, cujo objetivo é verificar como ocorreu esse processo. Abordamos ainda as questões relacionadas ao neoliberalismo que através de instituições como o Banco Mundial, financiam economias em desenvolvimento como no caso brasileiro e em troca estabelece mecanismos de controle e cumprimento de metas, principalmente educacionais e financeiras.

Palavras-chave: Constituição de 1988. Neoliberalismo. Redemocratização.

Abstract: *This text points to the discussion of the Brazilian re-democratization process after the 1988 Constitution. Bibliographic research was carried out on the subject, whose objective is to verify how this process occurred. We also address issues related to neoliberalism that, through institutions like the World Bank, finance developing economies as in the Brazilian case and in exchange establish mechanisms for controlling and achieving goals, especially educational and financial.*

Keywords: *1988 Constitution. Neoliberalism. Redemocratization.*

1 Introdução

Este texto busca discutir o processo de redemocratização brasileira através das questões relacionadas a educação e de lutas que a sociedade teve para garantir a democracia em nosso país.

Diante das inúmeras questões relacionadas ao período pós constituição de 1988, percebemos que os avanços de setores neoliberais estiveram e ainda continuam em busca de se apropriar de vários serviços públicos e buscam através de mecanismos institucionais sua implementação.

Acreditamos que essa discussão deve sempre estar em pauta, visto que temos governos



que sempre querem regredir no processo de democratização, por isso é fundamental sempre participarmos das discussões em nossas associações, sindicatos e movimentos organizados em nossa comunidade.

2 A educação brasileira no período de redemocratização

Com o fim da ditadura militar vários foram os movimentos que buscavam a redemocratização no país com relação não só às questões educacionais, mas também as sócio-político-econômicas. Os novos ventos de redemocratização, bem como a conjuntura mundial a nível econômico e educacional, embalsamaram as novas reformas a serem realizadas no Brasil. Infelizmente, ainda contaminadas com alguns resquícios dos modelos anteriores, influenciadas por exigências estrangeiras, que por vários momentos continuavam a privilegiar as elites. Segundo Ricci (2003, p. 92),

A década de 80 do século passado marcou uma vaga de reformas educacionais em todo o mundo. Inicialmente, em virtude da pujança econômica dos países do leste asiático e de significativo investimento na educação de sua população, os projetos voltados para a formação de profissionais mais qualificados para criar e operar com tecnologias sofisticadas ganharam a atenção de inúmeros artigos e ensaios. O vínculo entre novas exigências profissionais e projetos educacionais ganharia projeção em diversas proposições internacionais.

A implementação de novos projetos educacionais, muitos estariam associados a organismos internacionais que percebiam no Brasil um mercado rentável, onde a mercantilização do ensino poderia ser explorada e os grandes grupos poderiam tirar proveito do cenário favorável, principalmente no campo educacional, como afirma Guimarães (2015, p. 101):

O que se viu foi a implementação de modelos voltados às exigências de organismos internacionais que investiam recursos financeiros, principalmente nas economias emergentes, e em troca exigia resultados baseados em formatos fixados por eles.

A partir da década de 1980, aconteceram inúmeras mudanças na conduta das políticas sociais brasileiras, pois era um momento de reorganização e fortalecimento da sociedade, e perpassava pelas escolhas políticas. Neste momento, houve um avanço do liberalismo econômico que buscava aliar a qualidade da educação a formação do trabalhador para atender as necessidades do mercado global que estava em andamento.

Na década de 1980 os estados brasileiros, segundo Akkari (2011), passaram a ter autonomia para implementar políticas públicas educacionais e os movimentos sociais buscavam implementar algumas discussões que haviam sido interrompidas durante o regime militar. No entanto, para esse autor, a modernização educativa mantinha a educação como base de preparação do cidadão para as necessidades do mercado globalizado.

Para Akkari (2011), o nosso país não tinha recursos para investimentos, levando seus governantes a recorrerem a financiamentos externos, por meio de organizações internacionais como o Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF), a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI) e agências especializadas em educação.

Esses auxílios financeiros internacionais visam a dependência e sujeição econômicas dos países principalmente, de países em desenvolvimento como o Brasil. Instituições como o FMI

tem uma visão muito instrumental da educação, que a concebe como um instrumento que conduz os indivíduos à inserção na economia de mercado. Akkari (2011, p. 32) aponta três prioridades do Banco Mundial:

- a) dedicar metade dos gastos públicos com a Educação Básica; b) aumentar a participação do setor privado no âmbito educacional (em especial no Ensino Médio e Superior), o que permitiria, segundo o Banco Mundial, reduzir a pressão sobre as finanças públicas mobilizando algumas famílias para se encarregarem dos gastos escolares; c) descentralizar a gestão da Educação, dar prioridade à aquisição de conhecimentos e habilidades que possam ser mobilizados no setor produtivo e reformar os currículos escolares.

O aprofundamento desses acordos internacionais, já firmados na década de 1980, vai se consolidar no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Na mesma perspectiva que Akkari (2011), Guimarães (2015, p. 101) afirma ainda que as forças econômicas exteriores continuaram influenciando a política educacional por muitos anos, inclusive cita o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), uma vez que o acesso ao ensino básico e superior foi ampliado significativamente no setor público e privado.

No caso Brasil, os organismos de forças exteriores influenciaram as reformas educacionais na pós-ditadura. A redemocratização do ensino brasileiro mesmo ferindo os princípios da então aprovada Constituição Federal de 1988, elaborada de forma participativa, sob o agrupamento dos diversos grupos sociais, organismos como Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento se infiltraram no sistema educacional brasileiro mesmo depois de governo populista de Luiz Inácio Lula da Silva.

Para Ricci (2003, p. 93), “o governo federal reorganizou os objetivos curriculares a partir da necessidade econômica de expandir a oferta de mão de obra para a indústria de bens de consumo durável, em franco desenvolvimento”, que segundo o autor se baseava no crescimento econômico e qualificação profissional.

No regime militar, como já citado anteriormente o país sofreu graves consequências. Mas, a sociedade não ficou estagnada e buscou se organizar diante dos imperativos impostos pela ditadura militar, criando entidades e organizações em sua defesa, exigindo a redemocratização do país com a promulgação de uma nova Constituição, que proporcionasse não só o bem estar social de toda população brasileira, mas também a garantia de direitos de todos.

Neste cenário político e econômico ressurgem os debates sobre a democratização do ensino público, eles não surgem espontaneamente, foi uma construção histórica, com a participação de homens e mulheres lutam por seus direitos que foram impugnados e as contradições que se manifestavam diante da então conjuntura política e econômica. Segundo Fortuna (1999, p. 161),

O estado não é só um local de organização do poder pelos grupos dominantes da classe capitalista para manipular e reprimir as classes subalternas, mas também o lugar do conflito organizado pelos movimentos sociais de massa para influenciar os planos de ação do Estado, para ganhar o controle dos aparelhos do Estado e dos aparelhos políticos fora do Estado.

Em decorrência da abertura política no País, tendo em visto as mudanças nas relações sociais e políticas no interior da escola pública, os segmentos da comunidade escolar (estudantes, professores, funcionários e pais/mães ou responsáveis), passaram a repensar o papel de formação

da escola, buscando meios para a efetivação da democratização tanto do acesso quanto das decisões no espaço da escola.

Segundo Paro (2016), a escola seria o local privilegiado da diversidade de opiniões e pensamentos e, assim sendo, não seria coerente que a gestão ocorresse de modo a valorizar apenas uma concepção de mundo. Dessa maneira, colocava-se a necessidade de se criar meios para que outras vozes pudessem participar da execução e das decisões a serem desenvolvidas no espaço escolar, surgindo, destarte, a demanda por uma gestão escolar compartilhada. Paro (2016, p. 15) ainda afirma:

Se queremos uma escola transformadora, precisamos transformar a escola que temos aí. E a transformação dessa escola passa necessariamente por sua apropriação por parte das camadas trabalhadoras. É nesse sentido que precisam ser transformados o sistema de autoridade e a distribuição do próprio trabalho no interior da escola.

Essas demandas por mudanças, quanto ao papel transformador da escola, contribuíram para o fortalecimento do processo de democratização da gestão escolar no Brasil. Alguns autores afirmam que um dos fatores que veio a fortalecer a gestão democrática, durante os anos 1990, foi a disseminação das ideias de cunho neoliberal, com ênfase na redução e das atribuições do poder público.

O neoliberalismo para a educação segundo Marrach (1996, p. 46-48), a educação deixa de ser parte do campo social e passa a integrar o mercado financeiro, cujos três objetivos relacionados a retórica neoliberal atribui algumas estratégias através da educação, dentre elas:

1. Atrelar a educação escolar à preparação para o trabalho e a pesquisa acadêmica ao imperativo do mercado ou às necessidades da livre iniciativa. Assegurar que o mundo empresarial tem interesse na educação porque deseja uma força de trabalho qualificada, apta para a competição no mercado nacional e internacional. [...]
2. Tornar a escola um meio de transmissão dos seus princípios doutrinários. O que está em questão é a adequação da escola à ideologia dominante. [...]
3. Fazer da escola um mercado para os produtos da indústria cultural e da informática, o que, aliás, é coerente com idéia de fazer a escola funcionar de forma semelhante ao mercado, mas é contraditório porque, enquanto, no discurso, os neoliberais condenam a participação direta do Estado no financiamento da educação, na prática, não hesitam em aproveitar os subsídios estatais para divulgar seus produtos didáticos e paradidáticos no mercado escolar.

Diante desse viés neoliberal, Antunes (2001) aponta que a gestão democrática pode ser considerada muito eficaz na fuga do controle majoritário da escola pelo Estado, que, por sua vez, seriam os próprios usuários, oriundos da sociedade civil, que estabeleceriam os critérios da administração da escola, e não mais através do sistema de ensino, que ficaria somente a produzir instrumentos normativos para o seu funcionamento, porém não abandonando sua função provedora e mantenedora das políticas públicas que atendam a sociedade.

Para Guimarães (2015, p. 103),

A política defendida pela CF/88, ampla e generalizada, encontraria as deficiências da aplicabilidade na divergência com modelos neoliberais de educação infiltrados no país, no processo de redemocratização, com o suporte das agências financeiras internacionais como o BIRD (Banco Mundial), BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), FMI (Fundo Monetário Internacional), e as organizações

para o desenvolvimento da educação da ONU (Organização das Nações Unidas - UNESCO e UNICEF).

Guimarães (2015, p. 103) afirma que, “Ao longo da história democrática efetiva de nosso país essas instituições mantiveram posição de destaque no desenvolvimento de ações para a educação, gerenciando, deliberando e avaliando o sistema educacional brasileiro”.

O processo de discussão sobre os avanços no sistema educacional durante o período de redemocratização (após 1988) são inúmeros, desde a abertura econômica iniciada ainda no período militar, que surtiu efeitos liberais, pois com o distanciamento do Estado nas suas atribuições, proporcionou a descentralização do ensino público e posterior democratização dos espaços educacionais. Segundo Guimarães (2015, p. 104), “as reformas educacionais que se seguiam estariam emaranhadas de concepções liberais propostas pelo Banco Mundial”, que em alguns momentos serviram de motivos para não aplicar os recursos financeiros para o próprio financiamento educacional.

O projeto neoliberal propunha uma abertura das fronteiras nacionais e, pela educação disseminar essa concepção em países periféricos como o Brasil, que apesar de estar em desenvolvimento ainda precisa melhorar seu sistema de ensino e as políticas públicas educacionais.

Os desafios e os interesses financeiros são enormes, pois os acontecimentos do período de redemocratização já eram mencionados em anos anteriores como aponta Bueno (2004, p. 447).

O Banco Mundial não tem digamos, uma personalidade acadêmica. Ele representa um conjunto de forças e idéias oriundas dos países centrais que têm como principal escopo, a defesa de seus interesses. Nesse sentido faz a intermediação de tendências e receitas embutidas, em última instância, em projetos de financiamento. Nesse quadro a pressão para que se adote um determinado modelo de gestão vem imbricado num pacote completo de reformas sugeridas, dentre as quais as reformas educacionais.

Várias instituições como o Banco Mundial, busca alinhar suas perspectivas aos países em desenvolvimento, oferecendo aportes financeiros, e em contrapartida buscam alinhar mecanismos de abertura e aprovação de leis que justifiquem sua proposta de formação da sociedade.

3 Constituição de 1988: desafios

O desafio de atender os anseios da sociedade continua nos anos seguintes, após a aprovação da Constituição de 1988, e prossegue até os dias atuais, pois se ainda não conseguimos ter uma democracia que realmente seja representativa, pelo menos podemos nos expressar, cada um à sua maneira, pois os direitos individuais e coletivos são garantidos na CF/88, e vão proporcionar uma abertura das discussões e debates democráticos que proporcionem um aperfeiçoamento do sistema educacional brasileiro.

A Constituição Federal de 1988, considerada uma Constituição Cidadão, tornou-se um marco na instituição dos direitos do povo brasileiro, por garantir, não somente liberdades civis, mas também os deveres do Estado. Nesse sentido, foi enfático o pronunciamento do então deputado federal Ulysses Guimarães na data de 05 de outubro de 1988: *“A Constituição pretende ser a voz, a letra, a vontade política da sociedade rumo à mudança. Que a promulgação seja nosso grito: Muda para vencer! Muda, Brasil!”*

No entanto, as mudanças não foram como se esperavam. Na gestão do então presidente

Fernando Collor de Mello, eleito em 1989, baseada no projeto neoliberal, houve um desaceleramento das mudanças sociais. Conforme Arelaro (2000, p. 96):

A década de 1990 inicia-se com dois movimentos aparentemente contraditórios e fortes: de um lado, o desejo de implementação dos direitos sociais recém-conquistados e a defesa de um novo projeto político-econômico para o Brasil, presente especialmente nas propostas dos governos municipais progressistas, eleitos em 1989; de outro, a assunção de Fernando Collor de Mello, na Presidência da República, com um discurso demagógico de defensor dos “descamisados” (os pobres) contra os “marajás” (os ricos) e um projeto de caráter neoliberal, traduzindo o “sentimento nacional” de urgência de reformas do Estado para colocar o país na era da modernidade.

Para Sallum Jr. (2003, p. 42), o Presidente Collor de Melo era um “político identificado com o neoliberalismo e pouco simpático aos experimentos participativos da democracia” e buscava demarcar a separação entre “dois momentos da transição política brasileira, quais sejam, o período em que predominou a democratização política e o que teve como seu impulso básico a liberalização econômica”. O autor ainda afirma que as inúmeras emendas à nossa Constituição levaram a descaracterização de muitos direitos propostos e adquiridos através de muita luta popular.

Mesmo diante dos enormes desafios, segundo Coutinho (2002), a proposta do projeto neoliberal foi postergada em virtude da movimentação civil que fez com que Collor de Mello viesse renunciar ao mandato de Presidente da República. No entanto, cabe destacar que a economia brasileira nesse período estava em forte crise e os movimentos sociais se posicionavam para assegurar seus direitos adquiridos através de muitas lutas.

Não obstante às interferências internacionais, houveram grandes avanços como os descritos na CF/88, advindo do crescimento da participação popular e dos trabalhadores, despertava para um país mais igualitário e democrático, diferente dos anos anteriores da ditadura.

4 Considerações finais

A busca pela democracia, com a garantia da população deve ser uma luta constante para todos nós brasileiros/as, principalmente através dos movimentos sociais e da sociedade civil, só assim poderemos garantir a participação de todos/as.

O neoliberalismo após a Constituição de 1988, em nosso país, está presente até os dias atuais, inclusive em boa parcela dos representantes eleitos pela população, por isso é fundamental que nós estejamos cientes que a nossa participação deve ser além do voto, devemos estar engajados em proporcionar o melhor a toda sociedade.

Por fim, espero que este texto possa subsidiar pesquisas relacionadas ao tema, visto a amplitude das discussões políticas, sociais e culturais que aconteceram após a nossa Constituição de 1988.

Referências

ARELARO, L. R. G. Resistência e Submissão: a reforma educacional na década de 1990. In: KRAWCZYK, N.; CAMPOS, M. M.; HADDAD, S. **O Cenário Educacional Latino-Americano no Limiar do Século XXI**: reformas em debate. Campinas, SP: Autores

Associados, 2000.

ANTUNES, Ricardo. Reestruturação produtiva e mudanças no mundo do trabalho numa ordem neoliberal In DOURADO, Luiz Fernandes; PARO, Vitor Henrique (orgs) **Políticas Públicas e Educação Básica**, 2001, Ed. Xama, São Paulo/SP, p. 13-28.

AKKARI, A. **Internacionalização das políticas educacionais: Transformações e desafios**. Petrópolis-Rio de Janeiro, Brasil: Vozes. 2011.

BUENO, Maria Sylvia Simões. **O Banco Mundial e Modelos de Gestão Educativa para a América Latina**. São Paulo: UEP, 2004.

COUTINHO, C. N. A democracia na batalha das idéias e nas lutas políticas do Brasil de hoje. In: FÁVERO, O. SEMERARO, G. (orgs.). **Democracia e Construção do Público no Pensamento Educacional Brasileiro**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

GUIMARÃES, Claudivan Santos. **A educação no brasil após a redemocratização (1985-2002)**. Revista Fundamentos, v. 2, n. 1, 2015.

MARRACH, S. A. **Neoliberalismo e Educação**. In: GUIRALDELLI JUNIOR, P. (Org.). *Infância, Educação e Neoliberalismo*. São Paulo: Cortez, 1996. p. 42-56.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da escola pública**: 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

RICCI, Rudá. Vinte anos de reformas educacionais. In: **Revista Ibero americana**, número 31, abril de 2003, páginas 91 a 120.

SALLUM JR., B. Metamorfoses do Estado Brasileiro no final do Século XX. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, nº 52, p. 35-53, 2003.